



Secretaria de Serviços Urbanos

OBSERVAÇÕES:

1. A LICITANTE DEVE ATENTAR PARA A DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADES CONSTANTE DO EDITAL (ANEXO 1) E NÃO DO ITEM DA "BEC".
2. A LICITANTE DEVE MANTER SEMPRE ATUALIZADOS NO SISTEMA BEC/SP OS DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA, INCLUSIVE, SE FOR O CASO, OS DADOS QUE DIGAM RESPEITO AO ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO ME OU EPP.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 188/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 8824/2022

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

TIPO: MENOR VALOR UNITÁRIO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 23/09/2022.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/10/2022 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

OFERTA DE COMPRAS Nº: 855800801002022OC00290

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Endereço: Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº 9000, 1º andar, Vila Mirim, Praia Grande/SP, CEP 11704-900

Telefone: (13) 3496-2084/2008

E-mail: licitacao@praiagrande.sp.gov.br e sead522@praiagrande.sp.gov.br

PREÂMBULO

O Município da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, **TORNA PÚBLICO** que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO**, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**, conforme Termo de Ata (**ANEXO 3**). O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações posteriores, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e Decretos Municipais nº 3.593/2003, nº 3.838/2005 e alterações posteriores, nº 6.238/2017, nº 6.434/2018 e nº 7.007/2020.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas, acompanhadas dos documentos de habilitação exigidos no edital por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.



Secretaria de Serviços Urbanos

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital “**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**”, conforme **ANEXOS 1 e 2** que integram este Edital, observadas as especificações e quantidades ali estabelecidas.

1.2. O valor estimado da aquisição é de **R\$ 18.829.523,86** (dezoito milhões oitocentos e vinte e nove mil quinhentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos).

1.3. As despesas decorrentes desta ata correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DOS RECURSOS
15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	FEDERAL (REPASSE OBRIGATÓRIO)

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal que estiverem registrados no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

2.1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

2.2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

2.2.1. Fatos considerados impeditivos de sua participação no certame:

- a)** Em consórcios ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.
- b)** Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação, em data anterior à abertura da licitação.
- c)** Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com o Município da Estância Balneária de Praia Grande nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- d)** Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 com o Município da Estância Balneária de Praia Grande.
- e)** Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas atualizações posteriores.

2.3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.



Secretaria de Serviços Urbanos

- 2.4.** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- 2.5.** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 2.6.** Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei complementar nº 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido
- 2.7.** A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas em lei, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 2.8.** Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6, bem como para a fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto na alínea “f” do item 5.9, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte que preencha as condições estabelecidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 deverá constar no registro do licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto no item 4.1.6.2 deste Edital.

3. DAS PROPOSTAS

- 3.1.** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção PREGÃO – ENTREGAR PROPOSTA, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.
- 3.2.** Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.
- 3.2.1.** As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.
- 3.2.2.** Para elaboração de sua proposta o licitante deverá considerar a especificação dos itens, inclusive quanto à unidade de medida, conforme o Modelo de Planilha de Formação de Preços (ANEXO 1).
- 3.2.3.** A inadequação dos materiais ofertados pelo licitante em relação às especificações constantes no Termo de Referência (ANEXO 9), acarretará a desclassificação do licitante.
- 3.2.4.** Também serão desclassificadas durante a análise de conformidade, as propostas que não corresponderem aos itens descritos no Termo de Referência (ANEXO 9) ou que tiverem suas especificações incompletas, a ponto de não ser possível verificar tal correspondência.
- 3.2.5.** As propostas deverão conter o preço unitário (em moeda corrente), total e global com a descrição de cada item, a fim de que se possa comparar o serviço ofertado com a especificação solicitada no Termo de Referência (ANEXO 9).



Secretaria de Serviços Urbanos

3.2.6. As licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item BEC mais semelhante ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente neste Edital e a utilizada pelo Sistema BEC, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

3.2.7. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão-de-obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.2.8. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

3.2.9. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

3.2.10. Caso venha a ser detentora, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.2.10 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado a contratação, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

3.3. No formulário eletrônico de encaminhamento da proposta será(ão) anexado(s) arquivo(s) contendo Proposta de Preços, elaborada de acordo com o modelo que constitui o **ANEXO 1**, que integra este Edital, bem como os documentos de habilitação exigidos no edital. A obrigatoriedade ou não da apresentação do anexo pelo fornecedor na entrega da proposta ficará a critério do Pregoeiro no momento do agendamento do Pregão.

3.3.1. Só serão aceitos arquivos contendo o(s) anexo(s) indicado(s) no subitem acima, elaborado(s) no(s) formato(s) indicado(s) no formulário eletrônico de encaminhamento da proposta.

3.3.2. Havendo divergência entre os valores consignados no anexo de que trata o subitem 3.3 e os valores registrados no formulário eletrônico da proposta, prevalecerão estes últimos.

3.4. Não serão aceitas condições que contemplem faturamentos mínimos, sendo tais propostas desclassificadas.

3.5. Não serão aceitas propostas, cujos preços sejam superiores aos praticados pelo mercado, ou fixados pelo Governo Federal, em se tratando de produtos sob o regime de tabelamento.

3.6. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

3.7. O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da sua apresentação, ficando suspenso em caso de recurso administrativo ou judicial.

3.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 5.8, deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:



Secretaria de Serviços Urbanos

4.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial no caso de empresário individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária.
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias.
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.2. REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social, através de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, referente a Tributos Federais (**inclusive as contribuições sociais**) e Dívida Ativa da União - expedida pelo Ministério da Fazenda - Procuradoria Geral da Fazenda - Receita Federal do Brasil (**PORTARIA CONJUNTA RFB / PGFN Nº 1751, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014**).
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.
- e) Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- f) Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa, emitida pelo **órgão estadual** competente, da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

4.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA

4.1.3.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa.

4.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo termos de abertura e encerramento que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta.

4.1.4.1.1. Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº. 8.541, de 1992.



Secretaria de Serviços Urbanos

4.1.4.1.2. Os balanços e Demonstrações Contábeis devem ser extraídos do Livro Diário e conter os registros no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

4.1.4.1.3. Caso a proponente seja Sociedade Anônima, as demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das S.A).

4.1.4.1.4. No caso de empresas que efetuaram a Escrituração Contábil pelo Sistema Público de Escrituração Digital deverá apresentar os seguintes documentos: Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário Eletrônico; Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício extraídos do Livro Diário Eletrônico, com o respectivo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital nos termos do artigo 39 da Lei nº 8.934/94.

4.1.4.1.5. Caso o capital social constante no Balanço Patrimonial seja diverso do constante do Contrato Social Consolidado, deverá ser apresentado Alteração do Contrato Social que comprove que o capital social constante no Balanço Patrimonial está correto.

4.1.4.2. Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Geral (ILG), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$\text{(LG)} = \text{(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)} / \text{(Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)}$$

4.1.4.3. Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (ILC), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$\text{(LC)} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

4.1.4.4. Apresentação do Índice de Solvência Geral (ISG), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$\text{(SG)} = \text{Ativo Total} / \text{(Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)}$$

4.1.4.5. As licitantes que não atenderem aos índices solicitados deverão comprovar Patrimônio Líquido ou capital social mínimo de 10% do valor de cada item arrematado, registrado no respectivo órgão competente até a data desta licitação.

4.1.4.6. A licitante deverá apresentar declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

4.1.4.7. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.1.4.8. Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

4.1.4.8.1. Empresa em recuperação judicial deverá estar ciente que no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido.



Secretaria de Serviços Urbanos

4.1.4.8.2. Empresa em recuperação extrajudicial deverá estar ciente que no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

4.1.5. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.1.5.1. Atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto da licitação em qualquer quantidade.

4.1.5.1.1. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação.

4.1.6. DECLARAÇÕES

4.1.6.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que **(ANEXO 6)**:

- a) Se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.
- b) Atende todos os requisitos de Habilitação e que não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

4.1.6.2. Quanto às microempresas ou empresa de pequeno porte: Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte visando ao exercício dos direitos previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **ANEXO 7** deste edital, e/ou documentos comprobatórios emitidos através da Junta Comercial que informem a condição da licitante.

4.1.6.3. Declaração de Parentesco, conforme modelo estabelecido no **ANEXO 8** deste Edital.

4.2. DISPOSIÇÕES GERAIS DOS DOCUMENTOS

4.2.1. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

4.2.1.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração da contratação, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no subitem 4.1.2, alíneas “a” a “XXX” e 4.1.3, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

4.2.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas **PROCURAÇÕES** apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até **06 (seis) meses**, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

4.2.3. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

4.2.3.1. Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute a ata, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).



Secretaria de Serviços Urbanos

4.2.4. Os documentos referidos no item 4 e seus subitens, exceto o subitem 4.1.5 e 4.1.6 poderão ser substituídos por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande, desde que em nome da licitante, com prazo de validade em vigor, com todos os documentos com seus respectivos prazos de validade em vigência e ainda com menção expressa do ramo de atividade que deve ser pertinente e compatível com o objeto da licitação.

4.2.4.1. Caso o objeto a ser contratado não esteja expresso no ramo de atividade do Certificado de Registro Cadastral, deverá a licitante juntar alteração do Contrato Social.

4.2.5. Ressaltamos que se as empresas possuírem o Certificado de Registro Cadastral válido, mas se algum documento/certidão estiver vencido, estes poderão ser atualizados no ato da entrega dos documentos.

4.2.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

4.2.7. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

4.2.8. A licitante será inabilitada se deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los com irregularidades, em desacordo com o estabelecimento neste Pregão, não se admitindo complementação posterior.

5. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

5.1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2. A análise das propostas pelo Pregoeiro limitar-se-á ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a)** Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b)** Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c)** Que por ação da licitante ofertante, contenha elementos que permitam a sua identificação.
 - c.1)** A inclusão de qualquer símbolo, marca ou outros elementos indicativos nas propostas ofertadas ou em seus respectivos anexos, que permitam ou possibilitem a identificação do licitante que a apresentou, implicará na desclassificação da proposta de preços, impedindo a continuidade da participação no procedimento licitatório. Visando evitar outra possibilidade de identificação do proponente nos arquivos enviados, seguir as instruções abaixo:
 - Clicar no meu Arquivo;
 - Clicar em Propriedades;
 - Na aba Resumo, apagar as informações constantes nos campos Título, Autor e Empresa, as quais podem identificar o licitante e/ou a empresa.

5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.



Secretaria de Serviços Urbanos

5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4. Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixado no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de **R\$ 0,01 (um centavo)** e incidirá sobre o valor unitário do item do objeto.

5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

- a)** Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores.
- b)** Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
- c)** A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 5.4.3.

5.5. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

5.6. Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte que preencham as condições estabelecidas no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte que preencha as condições estabelecidas no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, detentora da proposta de menor valor unitário, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

b) Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que preencham as condições estabelecidas no artigo 3º da lei Complementar nº 123/2006, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.



Secretaria de Serviços Urbanos

c) Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa ou empresa de pequeno porte que preencha as condições estabelecidas no artigo 3º da lei Complementar nº 123/2006, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

d) Sempre que, em momento subsequente, a proposta melhor classificada não for aceita, ou for desclassificada ou inabilitada, e antes do Pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos dos itens 5.6. e 5.6. “a” a 5.6. “c” do Edital, se for o caso.

5.7. Encerrada a fase de recebimento de lances, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o menor valor, para que seja obtida a melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação.

5.8. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Órgão Gerenciador, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

5.8.2. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante vencedora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **ANEXO 1** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

5.8.2.1. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.

5.8.2.2. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **ANEXO 1**.

5.8.2.3. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.2, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

5.9. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a)** Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;
- b)** Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;
- b.1)** Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c)** A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio de correio eletrônico a serem fornecidos pelo pregoeiro.
- c.1)** Sem prejuízo do disposto nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, e “e”, deste subitem 5.8, serão apresentados, obrigatoriamente, por meio do sistema BEC/SP, por fax ou por correio eletrônico, as declarações a que se refere o subitem 4.1.5, deste Edital.



Secretaria de Serviços Urbanos

- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;
- e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos de habilitação constantes no item 4, bem como os enviados na forma constante da alínea “c”, deverão ser apresentados ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis;
 - e.1) Os documentos poderão ser apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração; ou
 - e.2) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- f) Para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração da contratação, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no subitem 4.1.2, alíneas “a” a “XXX” e 4.1.3, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;
- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;
- h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

5.10. A licitante habilitada nas condições da alínea “f”, do subitem 5.9, deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.11. A comprovação de que trata o subitem 5.10 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

5.12. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do subitem 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 5.11, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 5.10 e 5.11.

5.13. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 5.10 e 5.11, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 5.11.

5.14. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 5.10 a 5.13, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5.5 e 5.6, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.



Secretaria de Serviços Urbanos

5.15. Encerrada a habilitação da licitante vencedora, a sessão pública será suspensa, pelo tempo necessário, a ser fixado pelo Pregoeiro, para que aquela licitante apresente os novos preços unitários, a partir do valor total final obtido no certame.

5.15.1. Esses novos preços serão apresentados pela licitante vencedora, no curso da própria sessão pública, por meio de correio eletrônico, em nova planilha, conforme modelo que constitui o **ANEXO 1** a este Edital.

5.15.2. Se a licitante vencedora deixar de cumprir a obrigação estabelecida neste subitem, os preços unitários finais válidos para registro serão apurados pelo Pregoeiro, considerando os preços fornecidos nos moldes do subitem 5.8.1 ou com a aplicação de percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta e o valor final obtido no certame, indistintamente, sobre cada um dos preços unitários ofertados na referida proposta.

5.16. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, diligenciar para esclarecer dúvidas em relação à documentação apresentada pela licitante.

5.17. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

5.17.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

5.17.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

5.17.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado do certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no artigo 16 e 16-A do Decreto Municipal nº 7.018/2020, alterado pelo Decreto Municipal nº 7.052/2020.

6. DO RECURSO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. Divulgado o vencedor ou saneada a irregularidade fiscal ou trabalhista nos moldes dos subitens 5.8 a 5.11, ou ainda, se for o caso, encerrado o julgamento da habilitação das demais participantes que concordaram em fornecer aos preços da vencedora do certame, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

6.2. Havendo a interposição de recurso, na forma indicada no subitem 6.1, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública e, às demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

6.2.1. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, observados os prazos estabelecidos no subitem 6.2.

6.3. A falta de interposição na forma prevista no subitem 6.2 importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro proporá à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.



Secretaria de Serviços Urbanos

6.4. O julgamento será reduzido a termo, com a transcrição do relatório, indicando as licitantes desclassificadas; as classificadas e a licitante vencedora, bem como os fundamentos e motivos da escolha, de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital.

6.5. É condição para a homologação que a(s) empresa(s) vencedora(s) dos **itens 5 e 6** apresente(m), no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, após o julgamento e classificação das propostas:

6.5.1. Comprovação de cadastro na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), autorizando a produção ou comercialização de materiais para pavimentação asfáltica, conforme resoluções vigentes.

6.5.2. Certificados e laudos de materiais já fornecidos anteriormente pela empresa, sendo eles do objeto deste certame, emitidos por laboratórios especializados que possuem as certificações, credenciações e qualificações pelos órgãos reguladores pertinentes.

6.6. Caberá ao Pregoeiro encaminhar o processo administrativo para a autoridade competente para Homologação, cabendo a este, a qualquer momento, revogar a presente licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação.

6.6.1. Cumpre ainda, à secretaria interessada, o dever de anular esta licitação, em qualquer tempo ou fase, caso venha a ser constatada qualquer ilegalidade no seu procedimento ou no seu julgamento.

6.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

6.8. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.9. Após a homologação o registro de preços observará as condições previstas no art. 12 do Decreto Municipal nº 7.018/2020.

7. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

- a)** Fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- b)** Durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Secretaria de Serviços Urbanos

8.1. A classificada em primeiro lugar será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, assinar a Ata.

8.2. Constitui condição para assinatura da Ata de Registro de Preços:

8.2.1. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da detentora, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial.

8.2.2. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

8.3. A Ata deverá ser assinada por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

8.4. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias úteis, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.5. Na hipótese de não atendimento à convocação, para assinatura da Ata ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Administração, desde que haja conveniência, proceder ao chamamento das demais licitantes, observada a ordem de classificação das propostas.

8.6. No ato da assinatura da Ata, a empresa se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que o presente estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado pelo **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**.

8.7. Será incluído na ata sob a forma de anexo o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

9. VALIDADE DO TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O Termo de Ata a ser firmado entre o Município e a licitante vencedora do certame terá validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

9.2. O Município não se obriga a contratar exclusivamente pelo Registro de Preços, podendo cancelá-lo, ou promover licitação específica, quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso por parte da detentora.

10. DOS PREÇOS

10.1. Os preços unitários que vigorarão na Ata de Registro de Preços, serão os propostos pela licitante vencedora classificada em primeiro lugar.

10.2. Os preços unitários referidos no subitem 10.1 acima, constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo fornecimento do objeto desta licitação, frete incluído, postos nos locais designados pela Unidade Requisitante.

10.3. Se, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração proceder à revisão dos mesmos ou instaurar novo procedimento licitatório, caso em que, obtendo preços inferiores, procederá a rescisão da Ata anterior.

10.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado



Secretaria de Serviços Urbanos

observará a classificação original.

10.5. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

11. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

11.1. Os pedidos deverão ser formulados através de Autorização de Fornecimento a ser efetuada por esta Prefeitura, que as enviará à empresa respectiva.

11.2. A empresa fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.3. Na hipótese da detentora da ata de Registro de Preços se negar a receber o pedido, o mesmo deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido, na data do registro para todos os efeitos legais.

12. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA

12.1. Prazo de entrega: O prazo para a entrega é de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento, pelo detentor da Ata, do pedido, requisição ou memorando da Unidade Requisitante.

12.2. Locais de entrega: O material deverá ser entregue no local descrito na autorização de fornecimento expedida pela unidade requisitante.

12.3. Condição de entrega: A empresa vencedora obrigará-se a realizar a entrega estritamente de acordo com as disposições constantes nos **ANEXOS 1 e 2**, parte integrante deste edital.

12.4. O Município poderá recusar a entrega em desacordo com as especificações constantes nos ANEXOS 1 e 2 deste edital.

12.5. Por ocasião da entrega, em conjunto deverá ser entregue a Nota fiscal/Fatura.

13. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O objeto da Ata de Registro de Preços, será recebido pela Unidade Requisitante, sendo devidamente atestada.

13.2. Os técnicos da Unidade Requisitante efetuarão vistoria no ato da entrega e avaliarão as condições do material. Caso estas condições não sejam satisfatórias, a remessa poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser repostas, independentemente da aplicação das penalidades previstas.

13.3. Corre por conta da empresa detentora da ata qualquer prejuízo causado ao objeto em decorrência do transporte.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da documentação fiscal e entrega total, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária:

14.1.1. Atestado de recebimento e aprovação do serviço pela Unidade Requisitante;

14.1.2. Primeira via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal – Fatura.



Secretaria de Serviços Urbanos

14.2. Não haverá atualizações ou compensações financeiras a qualquer título ou hipótese.

14.3. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à empresa, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do IPCA - IBGE, calculado *pro rata die*.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10520/2002 e do Decreto Municipal nº 3593/2003, a licitante/adjudicatária que:

- a) ensejar o retardamento da execução do certame;
- b) não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de ata de registro de preços, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) não mantiver a proposta;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) comportar-se de modo inidôneo.

15.1.1. A Licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
- c) impedimento de licitar e de contratar com o Município de Praia Grande/SP pelo prazo de até cinco anos.

15.1.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que convocados não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

15.2. Comete infração administrativa nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, e do Decreto Municipal nº 3593/2003, a Detentora que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da Ata de Registro de Preços;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta.

15.2.1. A Detentora que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o Município;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da autorização de fornecimento, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima,



Secretaria de Serviços Urbanos

será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Praia Grande/SP pelo prazo de até cinco anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Detentora ressarcir o Município pelos prejuízos causados.

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.4.1. A relação familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau) com servidor público municipal ou entre os sócios das empresas licitantes, bem como a identidade de sócios entre as empresas licitantes, são elementos que podem levar à conclusão de comportamento inidôneo (conforme modelo de declaração - **ANEXO 8**).

15.4.2. As licitantes deverão informar, nos termos do art. 9º da Lei Federal 8.666/1993, se há ou não integrante do seu quadro societário que guarde relação familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau) com servidor público municipal.

15.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto Municipal nº 3593/2003 e subsidiariamente (e no que couber) a Lei Federal nº 9.784/1999.

15.7. O Município aplicará, no que couber, a Instrução Normativa nº 1/2017 da Secretaria-Geral da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União (nº 198) em 16.10.2017.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança respectiva pela EMPRESA. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a detentora tenha a receber da PEBPG. Não havendo pagamento pela EMPRESA, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a EMPRESA detentora ao processo executivo.

15.10. Os valores referentes às multas e demais importâncias, quando não ressarcidas pela Detentora, serão



Secretaria de Serviços Urbanos

atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA-IBGE, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado *pro rata die* e acrescido de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano.

15.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Portal da Transparência, Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e e-Sanções.

16. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

16.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

16.1.2. Recusar-se a celebrar a ata ou não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

16.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

16.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

16.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razões de interesse público ou no pedido do fornecedor.

16.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 15.1. será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

16.5. Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, considerando-se cancelado o preço registrado a partir desta publicação.

16.6. A solicitação da empresa para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. É dever da empresa detentora junto ao Município regularizar, antes da emissão da nota fiscal, qualquer tipo de alteração que sofrer o seu contrato social. Para tanto, deverá comparecer à **SEÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES**, localizada no Paço Municipal, sito Avenida Presidente Kennedy nº 9.000 - 1º andar, munida dos documentos que formalizam a alteração.

17.1.1. Em caso de não cumprimento do subitem 17.1, ficará suspenso o pagamento do objeto desta Ata até a sua respectiva regularização.

17.2. Fica a licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.



Secretaria de Serviços Urbanos

17.3. As interessadas devem ter pleno conhecimento das disposições constantes do edital, bem como, de todas as condições gerais, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo, da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento da Ata.

17.4. Os ajustes, suas alterações e rescisão obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

17.5. Corre por conta da detentora qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte.

17.6. O Pregoeiro poderá no decorrer do procedimento licitatório, inclusive na fase de análise de documentação de habilitação e propostas, solicitar análise e manifestação de uma assessoria jurídica e/ou contábil para embasar as suas decisões.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

18.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão, serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

18.3. O sistema manterá sigilo quanto a identidade das licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.

18.4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente no Diário Oficial do Estado de São Paulo e, quando houver recurso Federal, no DOU, bem como nos sítios eletrônicos www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br, opção “pregão eletrônico”.

18.5. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

18.5.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações será formulada em campo próprio do sistema, encontrado na opção Edital.

18.5.2. As impugnações serão respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestadas pelo pregoeiro, no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para a abertura da Sessão Pública.

18.5.3 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.

18.5.4. Não sendo solicitados esclarecimentos e/ou informações no prazo estabelecido acima, presumir-se-á que os elementos constantes do presente Edital e suas partes integrantes, são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados neste Pregão Eletrônico.

18.6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC.

18.7. O Município, na salvaguarda de seus interesses e conveniências, poderá solicitar e as licitantes obrigam-se a prestar, todos os esclarecimentos necessários, quer através de documentos ou de sindicâncias e



Secretaria de Serviços Urbanos

verificações “in loco”, visando aferir a capacidade técnica e administrativa destas, podendo, ainda, promover diligências nos termos previstos no parágrafo terceiro do artigo 43, da Lei nº 8.666/1993.

18.8. O Pregoeiro poderá solicitar assessoria técnica de quaisquer outros departamentos da Prefeitura ou de terceiros, em qualquer fase deste procedimento licitatório, bem como lhe fica assegurado o direito de, se assim julgar necessário ou conveniente, visitar as dependências das licitantes, para nelas verificar as condições de trabalho e de atendimento às exigências deste Edital.

18.9. O Pregoeiro poderá no decorrer do procedimento licitatório, inclusive na fase de análise de documentação de habilitação e propostas, solicitar análise e manifestação de uma assessoria jurídica e/ou contábil para embasar as suas decisões.

18.10. A empresa se obriga a manter, durante toda a execução da ata, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação.

18.11. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e a aquisição objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

19. DOS ANEXOS

19.1 – ANEXO 1 - Planilha Proposta;

19.2 – ANEXO 2 – Especificação Técnica;

19.3 – ANEXO 3 – Minuta da Ata de Registro de Preços;

19.4 – ANEXO 4 - Termo de Ciência e Notificação;

19.5 – ANEXO 5 - Declaração de documentos à disposição do TCE-SP;

19.6 – ANEXO 6 – Modelo de Declaração referente ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e Declaração da Licitante de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

19.7 - ANEXO 7 – Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

19.8 - ANEXO 8 – Declaração de que não possui proprietário, sócio ou funcionário que sejam dirigente do órgão contratante;

19.9 – ANEXO 9 – Termo de Referência.

Praia Grande, 23 de setembro de 2022.

SORAIA M. MILAN

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

**ANEXO 1 – PLANILHA PROPOSTA****PREGÃO ELETRÔNICO 188/2022
PROCESSO 8824/2022**

Número da Oferta de Compra: 855800801002022OC00290

ITEM	CÓDIGO BEC	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2284430	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA – FAIXA C	TON	4.134		
2	5320836	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA – MASSA FINA	TON	14.371		
3	5472318	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MODIFICADO POR ADIÇÃO DE BORRACHA MOÍDA DE PNEUS – “ASFÁLTO-BORRACHA”	TON	2.540		
4	5613868	BINDER USINADO A QUENTE PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	TON	2.492		
5	4557476	EMULSÃO ASFÁLTICA (LIGANTE) TIPO RR – 1C	KG	177.080		
6	4560507	ASFÁLTO DILUÍDO (IMPERMEABILIZANTE) TIPO CM - 30	KG	72.863		

As licitantes ficam cientes que para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item BEC mais semelhante ao descrito. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente neste Edital e a utilizada pelo Sistema BEC, deve prevalecer o estabelecido no Edital.

O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da sua apresentação, ficando suspenso em caso de recurso administrativo ou judicial.

_____, aos ____ de _____ de 2022.

Razão Social da empresa proponente

CNPJ:

E-mail:

Tel.:

Assinatura do representante legal

Cargo:

Carteira de identidade nº:

CPF:



ANEXO 2 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

O fornecimento do material constantes neste documento, deverão ser realizados por empresas especializadas, prezando pelo respeito às normas técnicas aplicáveis.

Deverão ser observados e cumpridos todos os critérios prescritos nas Normas Técnicas aplicáveis, bem como o estabelecido nas legislações municipal, estadual e federal, sendo responsabilidade exclusiva da CONTRATADA eventuais consequências decorrentes do seu descumprimento.

Eventuais danos a terceiros ou ao patrimônio municipal causados pelos procedimentos adotados pela CONTRATADA ou em consequências destes, deverão ser prontamente reparados, às expensas exclusivas da CONTRATADA.

A CONTRATANTE poderá exigir documentos, fotos, testes e ensaios comprobatórios para a verificação do completo atendimento ao estipulado nesta especificação, sempre que julgar necessário.

Os equipamentos da(s) usina(s) deverão estar devidamente calibrados e em condições satisfatórias de funcionamento de forma que seja garantida a qualidade e temperatura do produto final, contando com rigoroso controle tecnológico durante todo o processo de fabricação, conforme parâmetros estipulados.

Toda suspensão no fornecimento de material decorrente de causas fortuitas deverá ser justificada e prontamente comunicada à CONTRATANTE e as suspensões programadas deverão ser comunicadas com pelo menos dois dias úteis de antecedência.

Os certificados dos resultados dos ensaios de caracterização e demais documentos comprobatórios deverão ser assinados por responsável técnico habilitado.

Deverão ser fornecidas as FISPQ – Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos atualizadas.

1. Concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) para pavimentação asfáltica, faixa "C".

Mistura para pavimentação da camada de rolamento, executada a quente em usina apropriada, composta por agregados graúdos e miúdos de granulometria controlada, ligante asfáltico (CAP), fíler e, se necessário, melhorador de adesividade cuja denominação pode ser Concreto Betuminoso (ou Asfáltico) Usinado a Quente (CBUQ ou CAUQ) ou, apenas, Concreto Asfáltico, com granulometria na Faixa III (DER/SP) ou Faixa "C" (DNIT). A fabricação do CBUQ – faixa "C" deverá atender aos parâmetros de seleção de materiais, de qualidade e de controle tecnológico e ambiental definidos na especificação técnica ET-DE-P00/027, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP) no que tange a fabricação de Concreto Asfáltico na Faixa III.

O material betuminoso a ser empregado na mistura deverá ser o ligante asfáltico tipo CAP 50-70 (Classificação por Penetração), devendo este ser submetido a rigoroso controle de qualidade, atendendo aos normativos técnicos vigentes aplicáveis.

Todos os agregados utilizados na mistura deverão estar livres de torrões de argila e outras substâncias nocivas, sendo que os agregados graúdos deverão atender aos seguintes requisitos:

- "a) desgaste Los Angeles igual ou inferior a 50%, conforme NBR NM 51;
- b) admite-se excepcionalmente agregados com valores com índice de desgaste Los Angeles superior a 50% se:
 - apresentarem comprovadamente desempenho satisfatório em utilização anterior;
 - a degradação do agregado após a compactação Marshall, com ligante ID_{ml} , e sem ligante ID_m , determinada conforme método DNER ME 401, deve apresentar valores $ID_{ml} \leq 5\%$ e $ID_m \leq 8\%$.
- c) quando obtidos por britagem de pedregulhos, 90% em massa dos fragmentos retidos na peneira no 4, de 4,8 mm, devem apresentar no mínimo uma face fragmentada pela britagem;
- d) índice de forma, superior a 0,5 e porcentagem de partículas lamelares inferior a 10%, conforme NBR 6954;
- e) os agregados utilizados devem apresentar perdas inferiores a 12% quando submetidos à avaliação da durabilidade com sulfato de sódio, em cinco ciclos, conforme DNER ME 089."



Secretaria de Serviços Urbanos

Os agregados miúdos (areia ou pó de pedra) deverão possuir partículas individuais resistentes e equivalente de areia maior ou igual a 55%, conforme NBR 12052.

O material de enchimento (fíler), deverá apresentar-se seco e isento de grumos, com granulometria enquadrada nos parâmetros estabelecidos a seguir:

Peneira de Malha Quadrada		% em Massa, Passando
ASTM	mm	
n° 40	0,42	100
n° 80	0,18	95 – 100
n° 200	0,075	65 – 100

Fonte: Tabela 1 da ET-DE-P00-027 – DER/SP: Granulometria do Fíler

Após verificada a adesividade dos agregados ao ligante betuminoso, conforme NBR 12583 e NBR12584, caso não tenha sido alcançada boa adesividade, deverá ser empregado aditivo melhorador de adesividade, com quantidade a ser ajustada e repetidos os ensaios.

A mistura será empregada na execução de camada de rolamento e deverá atender à granulometria e teor de ligante definidos para a Faixa III na tabela 2 da ET-DE-P00/027, admitindo-se estritamente as tolerâncias definidas:

Peneira de Malha Quadrada		Designação	Tolerância
ASTM	mm	III % em Massa, Passando	
2"	50,0	-	-
1 ½"	37,5	-	± 7%
1"	25,0	-	± 7%
¾"	19,0	100	± 7%
½"	12,5	90 – 100	± 7%
3/8"	9,5	70 – 90	± 7%
N°4	4,75	44 – 72	± 5%
N°10	2,0	22 – 50	± 5%
N°40	0,42	8 – 26	± 5%
N°80	0,18	4 – 16	± 3%
N°200	0,075	2 – 10	± 2%
Camadas		Rolamento	
Variação do teor de ligante		4,5 – 6,5	
Espessura máxima em cm		6,0	

Fonte: Tabela 2 da ET-DE-P00-027 – DER/SP: Composição das Misturas Asfálticas

Os ensaios e testes obrigatórios deverão ser realizados por laboratório especializado e de acordo com os parâmetros normativos da ABNT, DNER (DNIT) ou ASTM, conforme definições da ET-DE-P00/027, devendo ser apresentados os certificados dos resultados à unidade REQUISITANTE. Informações complementares destes testes e ensaios podem ser exigidas a qualquer momento pela Municipalidade.

A CONTRATADA deverá colher amostras para possíveis ensaios posteriores, conforme definições da ET-DE-P00/027.

A CONTRATADA deverá garantir a preservação das características dos produtos até seu carregamento final/entrega.

O aquecimento e controle de temperatura do CAP deverá respeitar a relação temperatura-viscosidade, situando-se sempre no intervalo entre 120°C e 177°C. Os agregados deverão ser aquecidos a temperaturas de 10°C a 15°C acima do cimento asfáltico, sem ultrapassar 177°C. O controle de temperatura da mistura deve visar a



Secretaria de Serviços Urbanos

preservação das características definidas e a temperatura suficiente para trabalhabilidade quando da chegada no local de aplicação do material e sua compactação, conforme definição do REQUISITANTE e nunca inferior a 130°C.

Medidas corretivas deverão ser adotadas imediatamente quando os requisitos de qualidade não forem atendidos, estritamente limitadas ao definido na ET-DE-P00/027 e normas técnicas aplicáveis, inclusive a adição de aditivo melhorador de adesividade, a suspensão do fornecimento, entre outros; devendo ser registradas e prontamente comunicadas à Municipalidade de forma a possibilitar a adoção das medidas cabíveis e o posterior controle e rastreio dos materiais empregados na execução dos serviços de pavimentação.

Medição e Pagamento:

Quando do cumprimento de todas as etapas exigidas, a CONTRATADA deverá imediatamente comunicar o fato à REQUISITANTE, bem como entregar os correspondentes relatórios e eventuais documentos comprobatórios referentes ao fornecimento, a fim de que esta programe a medição e aceite e, assim, permita a emissão de nota fiscal.

O fornecimento será medido por tonelada (ton) de Concreto Betuminoso Usinado a Quente - faixa "C", sendo liberado para pagamento após atestado o recebimento pelo REQUISITANTE.

2. Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) para pavimentação asfáltica, massa fina.

Mistura para pavimentação da camada de rolamento para tráfego baixo e reperfilagem, executada a quente em usina apropriada, composta por agregados graúdos e miúdos de granulometria controlada, ligante asfáltico (CAP), fíler e, se necessário, melhorador de adesividade cuja denominação pode ser Massa Fina de Concreto Betuminoso (ou Asfáltico) Usinado a Quente (CBUQ ou CAUQ) ou, apenas, Concreto Asfáltico, com granulometria na Faixa IV (DER/SP).

A fabricação do CBUQ - Massa Fina deverá atender aos parâmetros de seleção de materiais, de qualidade e de controle tecnológico e ambiental definidos na especificação técnica ET-DE-P00/027, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP) no que tange a fabricação de Concreto Asfáltico na Faixa IV.

O material betuminoso a ser empregado na mistura deverá ser o ligante asfáltico tipo CAP 50-70 (Classificação por Penetração), devendo este ser submetido a rigoroso controle de qualidade, atendendo aos normativos técnicos vigentes aplicáveis.

Todos os agregados utilizados na mistura deverão estar livres de torrões de argila e outras substâncias nocivas, sendo que os agregados graúdos deverão atender aos seguintes requisitos:

- “a) desgaste Los Angeles igual ou inferior a 50%, conforme NBR NM 51;*
- b) admite-se excepcionalmente agregados com valores com índice de desgaste Los Angeles superior a 50% se:
 - apresentarem comprovadamente desempenho satisfatório em utilização anterior;*
 - a degradação do agregado após a compactação Marshall, com ligante ID_{ml} , e sem ligante ID_m , determinada conforme método DNER ME 401, deve apresentar valores $ID_{ml} \leq 5\%$ e $ID_m \leq 8\%$.**
- c) quando obtidos por britagem de pedregulhos, 90% em massa dos fragmentos retidos na peneira no 4, de 4,8 mm, devem apresentar no mínimo uma face fragmentada pela britagem;*
- d) índice de forma, superior a 0,5 e porcentagem de partículas lamelares inferior a 10%, conforme NBR 6954;*
- e) os agregados utilizados devem apresentar perdas inferiores a 12% quando submetidos à avaliação da durabilidade com sulfato de sódio, em cinco ciclos, conforme DNER ME 089.”*



Secretaria de Serviços Urbanos

Os agregados miúdos (areia ou pó de pedra) deverão possuir partículas individuais resistentes e equivalente de areia maior ou igual a 55%, conforme NBR 12052.

O material de enchimento (fíler), deverá apresentar-se seco e isento de grumos, com granulometria enquadrada nos parâmetros estabelecidos a seguir:

Peneira de Malha Quadrada		% em Massa, Passando
ASTM	mm	
n° 40	0,42	100
n° 80	0,18	95 – 100
n° 200	0,075	65 – 100

Fonte: Tabela 1 da ET-DE-P00-027 – DER/SP: Granulometria do Fíler

Após verificada a adesividade dos agregados ao ligante betuminoso, conforme NBR 12583 e NBR12584, caso não tenha sido alcançada boa adesividade, deverá ser empregado aditivo melhorador de adesividade, com quantidade a ser ajustada e repetidos os ensaios.

A mistura será empregada na execução de camada de reperfilagem e para acabamento superficial em locais de baixo tráfego e deverá atender a granulometria e teor de ligante definidos para a Faixa IV na tabela 2 da ET-DE-P00/027, admitindo-se estritamente as tolerâncias definidas:

Peneira de Malha Quadrada		Designação	Tolerâncias
ASTM	mm	IV	
		% em Massa, Passando	
2"	50,0	-	-
1 ½"	37,5	-	± 7%
1"	25,0	-	± 7%
¾"	19,0	-	± 7%
½"	12,5	-	± 7%
3/8"	9,5	100	± 7%
N°4	4,75	80 – 100	± 5%
N°10	2,0	50 – 90	± 5%
N°40	0,42	20 – 50	± 5%
N°80	0,18	7 – 28	± 3%
N°200	0,075	3 – 10	± 2%
Camadas		Reperfilagem^(*)	
Varição do teor de ligante		4,5 – 7,0	
Espessura máxima em cm		3,0	

Fonte: Tabela 2 da ET-DE-P00-027 – DER/SP: Composição das Misturas Asfálticas

Os ensaios e testes obrigatórios deverão ser realizados por laboratório especializado e de acordo com os parâmetros normativos da ABNT, DNER (DNIT) ou ASTM, conforme definições da ET-DE-P00/027, devendo ser apresentados os certificados dos resultados à unidade REQUISITANTE. Informações complementares destes testes e ensaios podem ser exigidas a qualquer momento pela Municipalidade. A CONTRATADA deverá colher amostras para possíveis ensaios posteriores, conforme definições da ET-DE-P00/027.

A CONTRATADA deverá garantir a preservação das características dos produtos até seu carregamento final/entrega.

O aquecimento e controle de temperatura do CAP deverá respeitar a relação temperatura-viscosidade, situando-se sempre no intervalo entre 120°C e 177°C. Os agregados deverão ser aquecidos a temperaturas de 10°C a



Secretaria de Serviços Urbanos

15°C acima do cimento asfáltico, sem ultrapassar 177°C. O controle de temperatura da mistura deve visar a preservação das características definidas e a temperatura suficiente para trabalhabilidade quando da chegada no local de aplicação do material e sua compactação, conforme definição do REQUISITANTE e nunca inferior a 130°C.

Medidas corretivas deverão ser adotadas imediatamente quando os requisitos de qualidade não forem atendidos, estritamente limitadas ao definido na ET-DE-P00/027 e normas técnicas aplicáveis, inclusive a adição de aditivo melhorador de adesividade, a suspensão do fornecimento, entre outros, devendo ser registradas e prontamente comunicadas à Municipalidade de forma a possibilitar a adoção das medidas cabíveis e o posterior controle e rastreio dos materiais empregados na execução dos serviços de pavimentação.

Medição e Pagamento:

Quando do cumprimento de todas as etapas exigidas, a CONTRATADA deverá imediatamente comunicar o fato à REQUISITANTE, bem como entregar os correspondentes relatórios e eventuais documentos comprobatórios referentes ao fornecimento, a fim de que esta programe a medição e aceite e, assim, permita a emissão de nota fiscal.

O fornecimento será medido por tonelada (ton) de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – Massa Fina, sendo liberado para pagamento após atestado o recebimento pelo REQUISITANTE.

3. Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) para pavimentação asfáltica, modificado por adição de borracha moída de pneus - "Asfalto-borracha".

Mistura para pavimentação da camada de rolamento e de regularização, executada a quente em usina apropriada, composta por agregados graúdos e miúdos de granulometria controlada, ligante asfáltico modificado por borracha moída de pneus, fíler e, se necessário, melhorador de adesividade, cuja denominação pode ser Concreto Betuminoso (ou Asfáltico) Usinado a Quente modificado por borracha moída de pneu (CBUQ-BMP ou CAUQ-BMP) ou, apenas, Concreto Asfáltico com Asfalto-Borracha, com granulometria na Faixa III (DER/SP). A fabricação do CBUQ - BMP deverá atender aos parâmetros de seleção de materiais, de qualidade e de controle tecnológico e ambiental definidos na especificação técnica ET-DE-P00/030, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP) no que tange a fabricação de Concreto Asfáltico com Asfalto-Borracha na Faixa III.

Os cimentos asfálticos de petróleo modificados por adição de borracha moída de pneus devem possuir as seguintes características:

- “a) o teor mínimo de borracha deve ser de 15% em massa, incorporada no ligante asfáltico; é expressamente proibida a industrialização na própria obra, sem acompanhamento laboratorial, equipamentos adequados, condição técnica e principalmente sem os requisitos básicos para garantir a segurança ao meio ambiente;*
- b) o ligante asfalto-borracha deve atender aos requisitos apresentados na Tabela 1;*
- c) o tempo máximo e as condições de armazenamento e estocagem do asfalto-borracha, para diferentes situações, devem ser definidos pelo fabricante;*



Secretaria de Serviços Urbanos

d) a garantia do produto asfáltico por carga deve ser atestada pelo fabricante através de certificado com as características do produto.”

Características	Exigência		Método
	Mínima	Máxima	ABNT
Viscosidade Brookfield a 175 °C, cP	800	2000	ASTM D 2196 ⁽¹⁾
Penetração, 100 g, 5 s, 25 °C, 0,1 mm	25	75	NBR 6576 ⁽²⁾
Ponto de amolecimento, °C	55	-	NBR 6560 ⁽³⁾
Recuperação elástica por torção, %	50	-	NLT 329 ⁽⁴⁾
Ponto de fulgor, °C	235	-	NBR 11341 ⁽⁵⁾
Densidade relativa, 25 °C	1,00	1,05	NBR 6296 ⁽⁶⁾
Ensaio no resíduo do RTFOT			
- variação em massa, %	-	1,0	NBR 15235 ⁽⁷⁾
- percentagem de penetração original	50	-	

Fonte: Tabela 1 da ET-DE-P00-030 – DER/SP: Propriedades do Ligante Asfalto-Borracha

A temperatura de aquecimento do cimento asfáltico modificado com borracha de pneus empregado deve, salvo em orientação contrária e justificada do fabricante, se situar nos limites de 165°C a 175°C. Variações constantes ou desvios significativos em relação à faixa de temperatura desejável indicam a necessidade de suspensão temporária do processo de produção, para que sejam executados os necessários ajustes.

Todos os agregados utilizados na mistura deverão estar livres de torrões de argila e outras substâncias nocivas, sendo que os agregados graúdos deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) desgaste Los Angeles igual ou inferior a 50%, conforme NBR NM 51;
- b) admite-se excepcionalmente agregados com valores com índice de desgaste Los Angeles superior a 50% se:
 - apresentarem comprovadamente desempenho satisfatório em utilização anterior;
 - a degradação do agregado após a compactação Marshall, com ligante IDml, e sem ligante IDm, determinada conforme método DNER ME 401, deve apresentar valores IDml ≤ 5% e IDm ≤ 8%.
- c) quando obtidos por britagem de pedregulhos, 90% em massa dos fragmentos retidos na peneira no 4, de 4,8 mm, devem apresentar no mínimo uma face fragmentada pela britagem;
- d) índice de forma, superior a 0,5 e porcentagem de partículas lamelares inferior a 10%, conforme NBR 6954;
- e) os agregados utilizados devem apresentar perdas inferiores a 12% quando submetidos à avaliação da durabilidade com sulfato de sódio, em cinco ciclos, conforme DNER ME 089.”

Os agregados miúdos (areia ou pó de pedra) deverão possuir partículas individuais resistentes e equivalente de areia maior ou igual a 55%, conforme NBR 12052.

Os agregados, principalmente os finos, devem ser homogeneizados com a pá carregadeira antes de serem colocados nos silos frios.

Os agregados deverão ser aquecidos a temperaturas de 10°C a 15°C acima do cimento asfáltico, sem ultrapassar 177°C.

O material de enchimento (fíler), deverá apresentar-se seco e isento de grumos, com granulometria enquadrada nos parâmetros estabelecidos a seguir:



Secretaria de Serviços Urbanos

Peneira de Malha Quadrada		% em Massa, Passando
ASTM	mm	
n° 40	0,42	100
n° 80	0,18	95 – 100
n° 200	0,075	65 – 100

Fonte: Tabela 2 da ET-DE-P00-030 – DER/SP: Granulometria do Material de Enchimento

Após verificada a adesividade dos agregados ao ligante betuminoso, conforme NBR 12583 e NBR 12584, caso não tenha sido alcançada boa adesividade, deverá ser empregado aditivo melhorador de adesividade, em quantidade a ser ajustada e repetidos os ensaios.

A mistura será empregada na execução de camadas de rolamento e de regularização e deverá atender à granulometria e teor de ligante definidos para a Faixa III na tabela 3 da ET-DE-P00/030, admitindo-se estritamente as tolerâncias definidas:

Peneira de Malha Quadrada		Designação	Tolerâncias
ASTM	mm	III % em Massa, Passando	
2"	50,0	-	-
1 1/2"	37,5	-	± 7%
1"	25,0	-	± 7%
3/4"	19,0	100	± 7%
1/2"	12,5	90 – 100	± 7%
3/8"	9,5	70 – 90	± 7%
N°4	4,75	44 – 72	± 5%
N°10	2,0	22 – 50	± 5%
N°40	0,42	8 – 26	± 5%
N°80	0,18	4 – 16	± 3%
N°200	0,075	2 – 10	± 2%
Camadas		Rolamento	
Espessura máxima em cm		6,0	

Fonte: Tabela 3 da ET-DE-P00-030 – DER/SP: Composição das Misturas Asfálticas

O controle de temperatura da mistura deve visar a preservação das características definidas e a temperatura suficiente para trabalhabilidade quando da chegada no local de aplicação do material e sua compactação, conforme definição do REQUISITANTE.

Os ensaios e testes obrigatórios deverão ser realizados por laboratório especializado e de acordo com os parâmetros normativos da ABNT, DNER (DNIT) ou ASTM, conforme definições da ET-DE-P00/030, devendo ser apresentados os certificados dos resultados à unidade REQUISITANTE. Informações complementares destes testes e ensaios podem ser exigidas a qualquer momento pela Municipalidade.

A CONTRATADA deverá colher amostras para possíveis ensaios posteriores, conforme definições da ET-DE-P00/030.

Medidas corretivas deverão ser adotadas imediatamente quando os requisitos de qualidade não forem atendidos, estritamente limitadas ao definido na ET-DE-P00/030 e normas técnicas aplicáveis, inclusive a adição de aditivo melhorador de adesividade, a suspensão do fornecimento, entre outros, devendo ser registradas e prontamente



Secretaria de Serviços Urbanos

comunicadas à Municipalidade de forma a possibilitar a adoção das medidas cabíveis e o posterior controle e rastreio dos materiais empregados na execução dos serviços de pavimentação.

Medição e Pagamento:

Quando do cumprimento de todas as etapas exigidas, a CONTRATADA deverá imediatamente comunicar o fato à REQUISITANTE, bem como entregar os correspondentes relatórios e eventuais documentos comprobatórios referentes ao fornecimento, a fim de que esta programe a medição e aceite e, assim, permita a emissão de nota fiscal.

O fornecimento será medido por tonelada (ton) de Concreto Betuminoso Usinado a Quente Modificado por Adição de Borracha Moída de Pneus, sendo liberado para pagamento após atestado o recebimento pelo REQUISITANTE.

4. Binder usinado a quente para pavimentação asfáltica.

Mistura para pavimentação da camada de ligação ou de reforço estrutural, executada a quente em usina apropriada, composta por agregados graúdos e miúdos de granulometria controlada, ligante asfáltico (CAP), fíler e, se necessário, melhorador de adesividade cuja denominação pode ser Binder de Concreto Betuminoso (ou Asfáltico) Usinado a Quente (CBUQ ou CAUQ) ou, apenas, Binder de Concreto Asfáltico, com granulometria na Faixa I (DER/SP).

A fabricação do Binder deverá atender aos parâmetros de seleção de materiais, de qualidade e de controle tecnológico e ambiental definidos na especificação técnica ET-DE-P00/027, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP) no que tange a fabricação de Concreto Asfáltico na Faixa I.

O material betuminoso a ser empregado na mistura deverá ser ligante asfáltico tipo CAP 50-70 (Classificação por Penetração), devendo este ser submetido a rigoroso controle de qualidade, atendendo aos normativos técnicos vigentes aplicáveis.

Todos os agregados utilizados na mistura deverão estar livres de torrões de argila e outras substâncias nocivas, sendo que os agregados graúdos deverão atender aos seguintes requisitos:

- “a) desgaste Los Angeles igual ou inferior a 50%, conforme NBR NM 51;*
- b) admite-se excepcionalmente agregados com valores com índice de desgaste Los Angeles superior a 50% se:
 - apresentarem comprovadamente desempenho satisfatório em utilização anterior;*
 - a degradação do agregado após a compactação Marshall, com ligante ID_{ml} , e sem ligante ID_m , determinada conforme método DNER ME 401, deve apresentar valores $ID_{ml} \leq 5\%$ e $ID_m \leq 8\%$.**
- c) quando obtidos por britagem de pedregulhos, 90% em massa dos fragmentos retidos na peneira no 4, de 4,8 mm, devem apresentar no mínimo uma face fragmentada pela britagem;*
- d) índice de forma, superior a 0,5 e porcentagem de partículas lamelares inferior a 10%, conforme NBR 6954;*
- e) os agregados utilizados devem apresentar perdas inferiores a 12% quando submetidos à avaliação da durabilidade com sulfato de sódio, em cinco ciclos, conforme DNER ME 089.”*

Os agregados miúdos (areia ou pó de pedra) deverão possuir partículas individuais resistentes e equivalente de areia maior ou igual a 55%, conforme NBR 12052.



Secretaria de Serviços Urbanos

O material de enchimento (fíler), deverá apresentar-se seco e isento de grumos, com granulometria enquadrada nos parâmetros estabelecidos a seguir:

Peneira de Malha Quadrada		% em Massa, Passando
ASTM	mm	
n° 40	0,42	100
n° 80	0,18	95 – 100
n° 200	0,075	65 – 100

Fonte: Tabela 1 da ET-DE-P00-027 – DER/SP: Granulometria do Fíler

Após verificada a adesividade dos agregados ao ligante betuminoso, conforme NBR 12583 e NBR12584, caso não tenha sido alcançada boa adesividade, deverá ser empregado aditivo melhorador de adesividade, com quantidade a ser ajustada e repetidos os ensaios.

A mistura será empregada na execução de camada de ligação e para reforço estrutural do pavimento e deverá atender a granulometria e teor de ligante definidos para a Faixa I na tabela 2 da ET-DE-P00/027, admitindo-se estritamente as tolerâncias definidas:

Peneira de Malha Quadrada		Designação	Tolerâncias
ASTM	mm	I	
		% em Massa, Passando	
2"	50,0	100	-
1 1/2"	37,5	90 – 100	± 7%
1"	25,0	75 – 100	± 7%
3/4"	19,0	60 – 90	± 7%
1/2"	12,5	-	± 7%
3/8"	9,5	35 – 65	± 7%
N°4	4,75	25 – 50	± 5%
N°10	2,0	20 – 40	± 5%
N°40	0,42	10 – 30	± 5%
N°80	0,18	5 – 20	± 3%
N°200	0,075	1 – 8	± 2%
Camadas		Ligação (Binder)	
Varição do teor de ligante		3,5 – 5,0	
Espessura máxima em cm		6,0	

Fonte: Tabela 2 da ET-DE-P00-027 – DER/SP: Composição das Misturas Asfálticas

Os ensaios e testes obrigatórios deverão ser realizados por laboratório especializado e de acordo com os parâmetros normativos da ABNT, DNER (DNIT) ou ASTM, conforme definições da ET-DE-P00/027, devendo ser apresentados os certificados dos resultados à unidade REQUISITANTE. Informações complementares destes testes e ensaios podem ser exigidas a qualquer momento pela Municipalidade.

A CONTRATADA deverá colher amostras para possíveis ensaios posteriores, conforme definições da ET-DE-P00/027.

A CONTRATADA deverá garantir a preservação das características dos produtos até seu carregamento final/entrega.

O aquecimento e controle de temperatura do CAP deverá respeitar a relação temperatura-viscosidade, situando-se sempre no intervalo entre 120°C e 177°C. Os agregados deverão ser aquecidos a temperaturas de 10°C a

**Secretaria de Serviços Urbanos**

15°C acima do cimento asfáltico, sem ultrapassar 177°C. O controle de temperatura da mistura deve visar a preservação das características definidas e a temperatura suficiente para trabalhabilidade quando da chegada no local de aplicação do material e sua compactação, conforme definição do REQUISITANTE e nunca inferior a 130°C.

Medidas corretivas deverão ser adotadas imediatamente quando os requisitos de qualidade não forem atendidos, estritamente limitadas ao definido na ET-DE-P00/027 e normas técnicas aplicáveis, inclusive a adição de aditivo melhorador de adesividade, a suspensão do fornecimento, entre outros, devendo ser registradas e prontamente comunicadas à Municipalidade de forma a possibilitar a adoção das medidas cabíveis e o posterior controle e rastreio dos materiais empregados na execução dos serviços de pavimentação.

Medição e Pagamento:

Quando do cumprimento de todas as etapas exigidas, a CONTRATADA deverá imediatamente comunicar o fato à REQUISITANTE, bem como entregar os correspondentes relatórios e eventuais documentos comprobatórios referentes ao fornecimento, a fim de que esta programe a medição e aceite e, assim, permita a emissão de nota fiscal.

O fornecimento será medido por tonelada (ton) de Binder de Concreto Betuminoso Usinado a Quente, sendo liberado para pagamento após atestado o recebimento pelo REQUISITANTE.

5. Emulsão Asfáltica RR-1C.

Película de material asfáltico emulsionado para ser aplicada como imprimação ligante sobre camada de pavimento, base coesiva ou camada asfáltica, com a finalidade de promover aderência desta superfície com outra camada de revestimento asfáltico subsequente.

Trata-se de emulsão catiônica de ruptura rápida RR-1C, sendo que sua fabricação, armazenamento e carregamento, deverão observar os parâmetros de qualidade e de controle tecnológico e ambiental definidos na especificação técnica ET-DE-P00/020, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP), cabendo-se destacar a obrigatoriedade dos seguintes testes para cada lote de carregamento:

- “a) um ensaio de viscosidade Saybolt-Furol, conforme NBR 14491, a 50 °C para emulsões catiônicas RR;*
 - b) um ensaio de resíduo por destilação conforme NBR 6568;*
 - c) um ensaio de carga da partícula, conforme NBR 6567;*
 - d) um ensaio de peneiração, conforme NBR 14393;*
 - e) um ensaio de viscosidade Saybolt-Furol a diferentes temperaturas, para estabelecimento da curva viscosidade-temperatura, conforme NBR 14491.*
- Para cada 100 t, deve ser efetuado um ensaio de sedimentação, conforme NBR 6570. ”*

As emulsões somente poderão ser fornecidas à municipalidade se os resultados individuais dos ensaios acima determinados atenderem aos parâmetros especificados no anexo C da ET-DE-P00-020, a seguir destacado:

EMULSÕES CATIÔNICAS (*)		
CARACTERÍSTICAS	Métodos de Ensaio (ABNT)	Ruptura Rápida
Ensaio sobre a emulsão		RR1C - S
Viscosidade Saybolt-Furol, S, a 50°C	NBR 14491 ⁽¹⁾	20 – 90
Sedimentação, % peso, máx.	NBR 6570 ⁽⁵⁾	5
Peneiração 0,84mm, % peso, máx.	NBR 14393 ⁽⁴⁾	0,10
Resistência à água, % min de cobertura, Agregado seco	NBR 6300 ⁽⁹⁾	80
Agregado úmido		80



Secretaria de Serviços Urbanos

Mistura com cimento, % máx. ou filer silícico	NBR 6297 ⁽¹⁰⁾ NBR 6302 ⁽¹¹⁾	- -
Carga de partícula	NBR 6567 ⁽³⁾	Positiva
pH, máx.	NBR 6299 ⁽¹²⁾	-
Destilação solvente destilado, % volume sobre resíduo da emulsão	NBR 6568 ⁽²⁾	0 – 3
resíduo, % mínima em peso		62
Resíduo seco, % peso, min.	NBR 14376 ⁽¹⁶⁾	62
Desemulsibilidade, % peso, Mínima	NBR 6569 ⁽¹³⁾	50
Ensaio sobre o resíduo da emulsão		
Penetração a 25°C, 100g, 5s, 0,1mm	NBR 6576 ⁽⁷⁾	50 – 250
Teor de betume, % mínima em peso	NBR 14855 ⁽¹⁴⁾	97
Ductibilidade a 25°C, 5cm/min, cm mínimo %, min	NBR 6293 ⁽¹⁵⁾	40

Fonte: Tabela constante no Anexo C da ET-DE-P00-020 (DER/SP)

Os ensaios e testes obrigatórios deverão ser realizados por laboratório especializado e de acordo com os parâmetros normativos da ABNT, DNER (DNIT) ou ASTM, conforme definições da ET-DE-P00/020, devendo ser apresentados os certificados dos resultados à unidade REQUISITANTE. Informações complementares destes testes e ensaios podem ser exigidas a qualquer momento pela Municipalidade.

A CONTRATADA deverá colher amostras para possíveis ensaios posteriores, conforme definições da ET-DE-P00/020.

A CONTRATADA deverá garantir a preservação das características dos produtos até seu carregamento final/entrega.

O controle da temperatura que o material for submetido deverá receber especial atenção para que sejam preservadas as características do material e evitada sua ruptura prematura.

Sempre que houver risco de sedimentação de glóbulos de asfalto durante o armazenamento do material ou quando o produto permanecer estocado em período superior a 5 dias, deverá ser realizada a recirculação visando a homogeneização do produto.

Deverão ser tomados os cuidados necessários para não haver mistura de emulsões diferentes (tipo, fabricante, etc.) ou com outros materiais contaminantes (ex. como asfalto diluído), inclusive no carregamento, armazenamento e manuseio do material.

Eventuais medidas corretivas empregadas e/ou interrupção do fornecimento deverão ser registradas e prontamente comunicadas à Municipalidade de forma a possibilitar a adoção das medidas cabíveis e o posterior controle e rastreio dos materiais empregados na execução dos serviços de pavimentação.

Medição e Pagamento:

Quando do cumprimento de todas as etapas exigidas, a CONTRATADA deverá imediatamente comunicar o fato à REQUISITANTE, bem como entregar os correspondentes relatórios e eventuais documentos comprobatórios referentes ao fornecimento, a fim de que esta programe a medição e aceite e, assim, permita a emissão de nota fiscal.

O fornecimento será medido por quilograma (kg) de Emulsão Asfáltica RR-1C, sendo liberado para pagamento após atestado o recebimento pelo REQUISITANTE.

6. Asfalto Diluído CM - 30.

**Secretaria de Serviços Urbanos**

Material asfáltico diluído para ser aplicado como imprimação impermeabilizante sobre camada de base ou sub-base de materiais granulares, com a finalidade de impermeabilizar a camada subjacente, aumentar a coesão da superfície imprimada ou promover sua aderência com a camada sobrejacente.

Trata-se de asfalto diluído de cura média, tipo CM-30, sendo que sua fabricação, armazenamento e carregamento, deverão observar os parâmetros de qualidade e de controle tecnológico e ambiental definidos na especificação técnica ET-DE-P00/019, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP), cabendo-se destacar a obrigatoriedade dos seguintes ensaios para cada lote de carregamento:

- a) um ensaio de viscosidade cinemática a 60° C, conforme NBR 14756;*
- b) um ensaio de viscosidade Saybolt Furol, conforme NBR 14950;*
- c) um ensaio de ponto de fulgor, conforme NBR 5765;*
- d) um ensaio de viscosidade Saybolt-Furol a diferentes temperaturas, para estabelecimento da curva viscosidade-temperatura, conforme NBR 14950. ”*

O asfalto diluído somente poderá ser fornecido se os resultados individuais dos ensaios acima determinados atenderem aos parâmetros especificados no anexo C da ET-DE-P00-019, a seguir:

ASFALTOS DILUÍDOS DE CURA MÉDIA*		
CARACTERÍSTICAS	Métodos de Ensaio (ABNT)	CM-30
Ensaio sobre asfalto diluído		
a) Viscosidade cinemática, a 60°C, cSt	NBR 14756 ⁽¹⁾	30-60
b) Viscosidade Saybolt-Furol, a 25°, s 50°, s	NBR 14950 ⁽²⁾	75-150 -
c) Ponto de fulgor (V.A.Tag), mínimo, °C	NBR 5765 ⁽³⁾	38
d) Destilação até 360°C, % volume do total destilado, a 225°C, máximo 250°C 315°C	NBR 9619 ⁽⁴⁾	25 40-70 75-93
e) Resíduo a 360°C, por diferença, % volume mínimo. Água % volume máximo	NBR 14236 ⁽⁵⁾	50 0,2
Resíduo de destilação		
a) Penetração a 25°C, 100g, 5s; 0,1 mm	NBR-6576 ⁽⁶⁾	80-120
b) Teor de Betume, % peso, mínimo;	NBR-14855 ⁽⁷⁾	99
c) Ductibilidade a 25°C, mínimo, cm	NBR-6293 ⁽⁸⁾	100
Nota: No caso da ductibilidade a 25°C ser menor que 100 cm, o material será aceito se o seu valor a 15°C for maior que 100cm		

Fonte: tabela constante no Anexo C da ET-DE-P00-019 (DER/SP)



Secretaria de Serviços Urbanos

Os ensaios e testes obrigatórios deverão ser realizados por laboratório especializado e de acordo com os parâmetros normativos da ABNT, DNER (DNIT) ou ASTM, conforme definições da ET-DE-P00/019, devendo ser apresentados os certificados dos resultados à unidade REQUISITANTE. Informações complementares destes testes e ensaios podem ser exigidas a qualquer momento pela Municipalidade.

A CONTRATADA deverá colher amostras para possíveis ensaios posteriores, conforme definições da ET-DE-P00/019.

A CONTRATADA deverá garantir a preservação das características dos produtos até seu carregamento final/entrega.

Eventuais medidas corretivas empregadas e/ou interrupção do fornecimento deverão ser registradas e prontamente comunicadas à Municipalidade de forma a possibilitar a adoção das medidas cabíveis e o posterior controle e rastreio dos materiais empregados na execução dos serviços de pavimentação.

Medição e Pagamento:

Quando do cumprimento de todas as etapas exigidas, a CONTRATADA deverá imediatamente comunicar o fato à REQUISITANTE, bem como entregar os correspondentes relatórios e eventuais documentos comprobatórios referentes ao fornecimento, a fim de que esta programe a medição e aceite e, assim, permita a emissão de nota fiscal.

O fornecimento será medido por quilograma (kg) de Asfalto Diluído CM - 30, sendo liberado para pagamento após atestado o recebimento pelo REQUISITANTE.



ANEXO 3 - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ATA XXX/2022

“TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA XXXXXXXXX.”

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria Municipal de Administração, da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam a senhora **SORAIA M. MILAN**, titular da Secretaria de Serviços Urbanos, por atribuição conferida através do Artigo 66º, inciso XII; referente à Lei Complementar nº 913 de 01 de abril de 2022, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada **MUNICÍPIO**, e do outro lado compareceu o(a) senhor(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF/MF nº, neste ato representando a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº, localizada à, doravante denominada **DETENTORA**, e por ele(a) foi dito que assina o presente **TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**, oriundo de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº **188/2022** - Registro de Preços, no processo administrativo nº 8824/2022, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - Registro de Preços para fornecimento à Prefeitura do(s) item(s), relacionado(s) no Quadro Resumo da Licitação anexo, parte integrante do presente, sendo os itens: **XX** ao **XX**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS - Os preços unitários que vigorarão inicialmente nesta Ata de Registro de Preços, são os constantes abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO (*)	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
01			
02			

(*) A descrição completa dos itens encontra-se no **ANEXO 1** do Edital.

PARÁGRAFO 1º: Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo fornecimento do material objeto desta Ata de Registro de Preços, frete incluído, posto nos locais designados pela Unidade Requisitante.

PARÁGRAFO 2º: Se, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração proceder à revisão dos mesmos ou instaurar novo procedimento licitatório, caso em que, obtendo preços inferiores, procederá à rescisão da Ata anterior.

PARÁGRAFO 3º: A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

PARÁGRAFO 4º: A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VALIDADE - O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – O Município não se obriga a contratar exclusivamente pelo Registro de Preços, podendo cancelá-lo, ou promover licitação específica, quando julgar conveniente, nos termos de legislação pertinente, sem que caiba recurso por parte da empresa detentora.



Secretaria de Serviços Urbanos

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da documentação fiscal e entrega total do material, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária, conforme segue:

- a) Atestado de recebimento e aprovação do material pela Unidade Requisitante;
- b) 1ª via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal - Fatura.

PARÁGRAFO 1º: O pagamento será efetuado, após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura na unidade requisitante e mediante ordem de pagamento emitida pelo Município, através da rede bancária, para o que a Empresa deverá fazer constar da nota fiscal a indicação da agência (com número/endereço) e número da conta corrente no banco.

PARÁGRAFO 2º: Quaisquer pagamentos não isentarão a Empresa das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material.

PARÁGRAFO 3º: Não haverá atualizações ou compensações financeiras em hipótese alguma.

PARÁGRAFO 4º: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à DETENTORA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-FIPE - Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado "*pro rata die*".

CLÁUSULA SEXTA - PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA - O prazo máximo para a entrega, parceladamente ou não, a critério da Unidade Requisitante é de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do dia seguinte a data do recebimento, pela detentora da Ata, do pedido, requisição ou memorando da Unidade Requisitante.

PARÁGRAFO 1º: O material deverá ser entregue no local descrito na autorização de fornecimento expedida pela unidade requisitante.

PARÁGRAFO 2º: O Município poderá recusar a entrega em desacordo com as especificações constantes nesta Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO 1º: Comete infração administrativa nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, e do Decreto Municipal nº 3593/2003, a Detentora que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da Ata de Registro de Preços;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta.

PARÁGRAFO 2º: A Detentora que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para



Secretaria de Serviços Urbanos

- a) MUNICÍPIO;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da autorização de fornecimento, no caso de inexecução total do objeto;
 - d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - f) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Praia Grande/SP pelo prazo de até cinco anos;
 - g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Detentora ressarcir o MUNICÍPIO pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO 3º: Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO 4º: Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

PARAGRAFO 5º: A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

PARAGRAFO 6º: A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto Municipal nº 3593/2003 e subsidiariamente (e no que couber) a Lei Federal nº 9.784/1999.

PARAGRAFO 7º: O Município aplicará, no que couber, a Instrução Normativa nº 1/2017 da Secretaria-Geral da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União (nº 198) em 16.10.2017.

PARAGRAFO 8º: A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

PARAGRAFO 9º: O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança respectiva pela EMPRESA. A critério da ADMINISTRAÇÃO e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a EMPRESA detentora da ata tenha a receber da PEBPG. Não havendo pagamento pela EMPRESA, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a EMPRESA detentora ao processo executivo.

PARAGRAFO 10º: Os valores referentes às multas e demais importâncias, quando não ressarcidas pela Detentora, serão atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA-IBGE, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado *pro rata die* e acrescido de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano.



Secretaria de Serviços Urbanos

PARAGRAFO 11º: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Portal da Transparência, Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e e-Sanções.

CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

PARÁGRAFO 1º: A **DETENTORA** terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar a ata ou não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

PARÁGRAFO 2º: O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

PARÁGRAFO 3º: O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razões de interesse público ou no pedido da **DETENTORA**.

PARÁGRAFO 4º: A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 23.1. será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

PARÁGRAFO 5º: Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da **DETENTORA**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, considerando-se cancelado o preço registrado a partir desta publicação.

PARÁGRAFO 6º: A solicitação da **DETENTORA** para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao **MUNICÍPIO** a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - O objeto desta Ata de Registro de Preços, será recebido pela Unidade Requisitante consoante o disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os pedidos deverão ser formulados através de Autorização de Fornecimento efetuada pelas unidades requisitantes.

PARÁGRAFO 1º: A EMPRESA fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO 2º: Na hipótese da EMPRESA detentora da ata de registro de preços se negar a receber o pedido, o mesmo deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido, na data do registro para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os técnicos da Unidade Requisitante efetuarão vistoria no ato da entrega e avaliarão as condições do material e serviço executado. Caso estas condições não sejam satisfatórias, a remessa

**Secretaria de Serviços Urbanos**

poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser reposta e o serviço refeito, independentemente da aplicação das penalidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Corre por conta da detentora da ata qualquer prejuízo causado ao objeto, ao Município e a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Se, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração proceder à revisão dos mesmos ou instaurar novo procedimento licitatório, caso em que, obtendo preços inferiores, procederá a rescisão da Ata anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - É dever da empresa detentora desta ata de registro de preços junto ao MUNICÍPIO regularizar, antes da emissão da nota fiscal, qualquer tipo de alteração que sofrer o seu contrato social. Para tanto, deverá comparecer à **SEÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES**, localizada no Paço Municipal, sito Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - 1º andar, munida dos documentos que formalizam a alteração.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de não cumprimento da cláusula em epígrafe ficará suspenso o pagamento do objeto desta Ata de Registro de Preços até a sua respectiva regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Os ajustes, oriundos da presente ata, suas alterações e rescisão obedecerão a Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A DETENTORA deve ter pleno conhecimento das disposições constantes desta Ata, bem como de todas as condições gerais, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo a do perfeito cumprimento do Termo de Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Faz parte integrante desta Ata como Anexo, a Ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, nos termos do art. 12, inciso II, § 3º do Decreto Municipal nº 7.018/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - As despesas decorrentes com a execução do presente **TERMO DE ATA** correrão à conta das dotações:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DOS RECURSOS
15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	FEDERAL (REPASSE OBRIGATÓRIO)

CLÁUSULA VIGÉSIMA – A DETENTORA se obriga a manter, durante toda a execução da ata, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Termo de Ata.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente **TERMO DE ATA** em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, _____, digitei, assino _____ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos de de 2.0., ano da emancipação político-administrativa.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Secretaria de Serviços Urbanos

SORAIA M. MILAN
Secretária Municipal de Serviços Urbanos

DETENTORA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Processo Administrativo nº 8824/2022.



ANEXO 4

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): Termo de Ata nº ____/2022 - Processo administrativo nº 8824/2022.

OBJETO: Termo de Ata de Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**, oriundo de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 188/2022.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Praia Grande, ____ de _____ de 2022.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:



Secretaria de Serviços Urbanos

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

GESTOR DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:



ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)



ANEXO 6

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.6.1. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

_____ (nome completo), representante legal da empresa _____
(denominação), interessada em participar do Pregão Eletrônico nº 188/2022, Processo nº 8824/2022, do
_____ (órgão licitante), DECLARA, sob as penas da Lei, que:

(1) a empresa acima descrita encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (*“XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”*).

(2) atende todos os requisitos de Habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)



ANEXO 7

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 188/2022, Processo nº 8824/2022, DECLARO, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP



ANEXO 8

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(em papel timbrado da licitante)

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante da empresa legal o(a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que:

- 1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)

**ANEXO 9 - TERMO DE REFERÊNCIA****LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA****OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA****CRITÉRIO: MENOR VALOR UNITÁRIO**

JUSTIFICATIVA: A aquisição se faz necessária devido ao desgaste e/ou danos causados por agentes físico-químicos de degradação, acidentes nas vias ou ainda atos de vandalismo, sendo necessária a aquisição desse material para reparações, garantindo a segurança do tráfego nas vias públicas que receberão a manutenção.

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: Sendo bem comum, existe a necessidade de contratações frequentes desses serviços pela Administração para o desempenho de suas atribuições e devido a natureza do objeto não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

VALOR ESTIMADO POR ITEM:

ITEM	CÓDIGO BEC	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	2284430	Ton	4.134	R\$ 610,28	R\$ 2.522.897,52
02	5320836	Ton	14.371	R\$ 744,06	R\$ 10.692.886,26
03	5472318	Ton	2.540	R\$ 896,89	R\$ 2.278.100,60
04	5613868	Ton	2.492	R\$ 535,10	R\$ 1.333.469,20
05	4557476	Kg	177.080	R\$ 6,55	R\$ 1.159.874,00
06	4560507	Kg	72.863	R\$ 11,56	R\$ 842.296,28

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 18.829.523,86 (dezoito milhões oitocentos e vinte e nove mil quinhentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos).

As licitantes ficam cientes que para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item BEC mais semelhante ao descrito. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente neste Edital e a utilizada pelo Sistema BEC, deve prevalecer o estabelecido no Edital.

A apresentação da Proposta vincula a aceitação das condições abaixo:

Condições de pagamento em até 30 dias após a entrega total da Autorização de Fornecimento. Inclusão de frete e impostos no preço.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DOS RECURSOS
15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	FEDERAL (REPASSE OBRIGATÓRIO)

PRAZO DE ENTREGA: O prazo para a entrega é de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento, pelo detentor da Ata, do pedido, requisição ou memorando da Unidade Requisitante.

LOCAIS DE ENTREGA: O material deverá ser entregue no local descrito na autorização de fornecimento expedida pela unidade requisitante.

VIGÊNCIA DO TERMO DE ATA: 12 (DOZE) MESES.